

A TRANSFORMAÇÃO URBANA: SANTOS 1870-1920

As características do sistema colonial fizeram do Brasil local privilegiado de produção de artigos agrícolas para exportação baseada na grande propriedade e centrada na exploração da mão-de-obra escrava (1). As cidades não foram elementos fundamentais na estruturação da colônia. É neste sentido que Sérgio Buarque de Holanda, ao destacar o esplendor rural contraposto à miséria urbana, enfatiza que as cidades coloniais cresceram na dependência das propriedades rústicas (2).

As alterações do controle sobre a colônia e a consolidação do sistema colonial vão afetar a vida dessas cidades e vilas que, vinculadas ao universo agrário e dele dependentes, marcaram – apesar de esparsas, pequenas e dependentes da grande produção para exportação – a ocupação do território brasileiro.

A bibliografia que trata do tema enfatiza, basicamente, dois aspectos. O primeiro remete à construção de uma malha urbana destacando a existência ou não de um planejamento, de uma intervenção racional da metrópole

Por motivos editoriais, as notas se encontram no final do texto.

ANA LÚCIA DUARTE LANNA

Engenho dos Trasmos

(3). Os trabalhos que priorizam esta temática ressaltam que o século XVIII traria novas formas de implantação urbana, com traçados mais regulares, utilizando a forma de tabuleiro de xadrez. Associam a este procedimento um avanço da racionalidade e a perda do caráter de acrópole dessas cidades.

Sobretudo a partir do período pombalino, a Coroa passou a incorporar a idéia de que o plano urbanístico era um instrumento de política de Estado (4). Roberta Delson afirma que a partir desse momento construir seria, além de uma questão estética e civilizatória, explicitamente, uma forma de extensão da autoridade real. Nesse sentido, as tentativas de impedir o crescimento ao acaso, de procurar construir redes urbanas no interior do país, o emprego de engenheiros militares foram, dentre outras, medidas reveladoras de um redirecionamento dos objetivos de Portugal para com sua colônia. A metrópole procurava afirmar um controle efetivo sobre o território e incrementava a visibilidade e eficácia do seu poder (5). Aroldo de Azevedo afirma que esse plano geométrico era logo abandonado e o crescimento das cidades acabava

ANA LÚCIA DUARTE LANNA é professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP e autora, entre outros, de *A Transformação do Trabalho* (Ed. Unicamp) e *Santos, uma Cidade na Transição 1870-1913* (Hucitec).

por acompanhar a irregularidade dos terrenos (6). Robert Smith entende o urbanismo colonial como reprodução do modelo lisboeta. Salvador seria no Brasil o exemplo mais elaborado desse padrão no qual a cidade se desenvolve em vários níveis, espalhada em raias desordenadas, refletindo uma opção medieval de defesa pela altura, em que as edificações religiosas são os grandes marcos (7). Murilo Marx, aprofundando estas observações e investigando sobre as relações entre o sagrado e o profano na sociedade brasileira, mostra que se havia por parte do poder temporal a ausência de um plano de poder para o estabelecimento de suas povoações e edificações, isso não acontecia em relação ao poder eclesiástico que era bastante rigoroso e minucioso. Como consequência, igrejas e conventos desenhavam e definiam os contornos da paisagem urbana situados, em geral, nos altos das povoações. Para eles convergiam as ruas, na sua maioria, estreitas e íngremes (8).

Outro conjunto de trabalhos enfatiza as funções dessas cidades na estrutura de poder e de dominação colonial. A principal característica das cidades seria se constituírem como centros administrativos imersos numa confluência entre poderes locais e metropolitanos. É nessa perspectiva que Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque analisam esses núcleos urbanos – locais que, nascendo do influxo rural, expressavam, até meados do século XVII, o poder dos proprietários rurais, que controlavam as câmaras municipais (9).

Emilia Viotti destaca o que considera as características fundamentais dessas cidades, enfatizando seu caráter de sede administrativa, poder religioso e centro de mercado. Aponta ainda as transformações que esses núcleos sofreram, em especial a partir do século XIX, com o aparecimento de uma diversidade de funções e atividades próprias da vida urbana (10). Ilmar R. Mattos reforça essa idéia ao apontar o quanto essas cidades distinguiam-se da cidade clássica. As últimas dizem respeito a um núcleo político e mercado, e se referem às noções de liberdade e igualdade. As primeiras expressam o poder do colonizador

e a assimetria do pacto colonial (11).

As cidades também foram lugares possíveis de expressão do descontentamento com a dominação colonial, por exemplo, nos conflitos, entre portugueses e colonos, pelo controle do comércio de importação e exportação. A preocupação metropolitana em marcar presença nesses núcleos através da consolidação de um corpo administrativo – que de preferência não estabelecesse vínculos duradouros na colônia – e de controle severo do território, especialmente no caso das áreas mineradoras, revela algumas características próprias das cidades. Entre elas a visibilidade do poder do Estado e a maior diversidade social. O mundo urbano exigia mecanismos distintos de controle daqueles existentes nas fazendas, mas mesmo assim marcados pelo paternalismo e senhorialismo (12).

Nas cidades a escravidão assumiu características distintas daquelas existentes na grande lavoura. “Embora se tratasse do mesmo fenômeno e mantivesse os princípios básicos, o sistema compulsório de trabalho precisou ser adaptado às necessidades e características próprias da vida urbana [...] o vazio deixado pela ausência de fiscalização total do senhor era preenchido pelo poder público [...] entre o escravo e o senhor interpunha-se uma nova figura, o Estado e seus agentes, e as novas frentes de expansão econômica faziam da vida do escravo urbano algo bastante instável” (13).

A forçada convivência de brancos e negros, senhores e escravos, livres e pobres permitiu contatos culturais e o desenvolvimento de redes complexas de relações que marcaram a escravidão urbana (14). A presença desses escravos com suas várias ocupações e “relações de trabalho, sua maior autonomia e mobilidade”, davam cores, sons e questões novas para a vida urbana principalmente a partir do século XIX quando sua presença vai se intensificando. Um conjunto de medidas de repressão e controle para esses trabalhadores escravizados será elaborado pelas posturas municipais de diversas localidades no Brasil. Em todas elas é recorrente o intuito de coibir seus movimentos e com isso limitar

suas relações e margens de autonomia com os brancos livres. É assim que na década de 1870, reforçando os caminhos da liberdade definidos como legítimos pela Lei do Ventre Livre, serão proibidos de comerciar sem licença do senhor ou de permanecer em vendas e armazéns. A infração a estas normas implicava punições para escravos e livres. A obrigação, quase nunca cumprida, de que os escravos levassem ao pescoço plaquetas de identificação que diziam estarem autorizados a exercer tal ou qual função e estarem quites com os tributos municipais também indica formas de controle sobre os escravos urbanos. Mas, mais do que isso, mostra a ampla margem de autonomia que tinham na organização do seu dia-a-dia. Encontramos casos em São Paulo e no Rio de Janeiro de escravos que solicitavam a seus senhores o direito de dormir fora, nas “casas” onde tinham suas famílias. Em São Paulo, estas localizavam-se em cômodos e cubículos, as primeiras habitações coletivas, situadas no Largo do Arouche.

Os viajantes e memorialistas que se detiveram nas cidades brasileiras do século XIX são enfáticos ao destacar o burburinho, alvoroço, gritaria e cores com que esses negros, com suas mercadorias, vestimentas e instrumentos, preenchiam as ruas das cidades. Os relatórios de polícia não se cansam de prender e denunciar os jogos de búzios, os batuques e rodas de samba e os capoeiristas como “elementos terríveis de desordem e imoralidade” (15). Repressões estas extensivas aos homens de cor em geral antes e depois da abolição. Esses escravos, fugidos ou não, e homens e mulheres livres e pobres, brancos ou não, enchiam as ruas das cidades com seus ofícios, e faziam delas seu território privilegiado de sociabilidade.

As cidades brasileiras eram acanhadas, pobres e sujas. A precariedade das condições de vida de seus habitantes fazia com que elas fossem vistas como lugar de gente pobre, como antro de promiscuidade e doenças. O acanhamento das casas, a estreiteza e sinuosidade das ruas e a mistura de funções e atividades eram referências re-

*Novo prédio
dos Correios
e Telégrafos
(Largo do
Rosário)*

Arquivo Sead



*Antiga Rua
Santo Antônio
(atual Rua do
Comércio).
À direita, a
Capela da
Graça (1562);
ao fundo, a
Igreja do
Valongo.
Foto de Militão
Augusto de
Azevedo*

correntes nos relatos dos viajantes e documentação oficial (16). A vida pacata e morosa dessas cidades coloniais, despertas de sua letargia nos dias de festa, em geral religiosas, faz lembrar as reflexões de P. Ariès sobre formas de sociabilidade distintas das da sociedade burguesa. Indicam uma interligação do rural e do urbano e de uma “sociabilidade anônima distinta da existente nas sociedades burguesas de sociedades anônimas sem sociabilidade pública” (17).

Os anos 70 do século XIX marcaram o início de um período de transformações e ruptura que se estenderá até a década de 20 deste século. Algo claramente mudava naquele final de século. E não se tratava simplesmente de uma aceleração de movimentos já delineados, mas da constituição de um novo momento. A negação do passado colonial, a emergência de novas questões, com novos instrumentos de intervenção e o aparecimento da cidade como questão social revelam-se elementos fundamentais na análise desse momento. Todas as cidades brasileiras passavam por intervenções e re-

formas urbanas norteadas pelos mesmos princípios: Belém, Manaus, Recife, Salvador, a criação de Belo Horizonte, os mais de 20 projetos de intervenção urbana e saneamento de Saturnino de Brito, enfim, a *belle époque* nacional.

Acreditamos não ser a ausência de plano ou ordenação o que distingue as cidades coloniais brasileiras das cidades modernas, constituídas a partir de fins do século XIX, com a afirmação de uma vida mais burguesa e com a efetiva integração do país ao capitalismo. Tanto em uma quanto em outra havia a intenção de ordenar e controlar o social, distanciando-o do mundo natural num movimento próprio da época moderna. Se a diferença não pode ser atribuída à presença ou ausência de instrumentos e práticas ordenadores, cabe pensar por onde as transformações e rupturas se instalaram. Claro que planos e ordenamentos serão muito distintos e pautados por critérios diferentes nos dois períodos. Claro que as cidades resultantes também o serão.

As cidades coloniais nasceram de um



poder metropolitano que procurava, na sua visualização, apropriação do espaço e ordenamento do modo de vida, estabelecer uma dominação efetiva sobre o território colonial e sobre os colonos. Daí o peso essencial das funções portuárias e administrativas destacadas pela bibliografia e da pouca relevância das funções de mercado e de política. A cidade não emergia como lugar de construção de cidadania. Um outro aspecto refere-se à relação dessas cidades com o domínio rural. São as fazendas e as casas grandes que congregavam e visualizavam o poderio local. Nelas estavam o luxo e o conforto, nelas estava mais fortemente marcado o tempo de uma vida cotidiana, do trabalho e da produção. A cidade colonial tem, então, este outro aspecto de extensão do domínio rural. Em grande parte por isso a família invade o Estado que, por exemplo, só vai intervir diretamente na organização do mercado de trabalho livre a partir de 1870, com a Lei do Ventre Livre, num momento em que a realidade urbana começava a tomar outras feições, antecipando o corte para a modernidade. Essa cidade, extensão do domínio rural, vista como suja e insalubre, modorrenta e sinuosa, tinha suas ruas como continuidade dos espaços privados, seu cotidiano marcado, do ponto de vista das elites, pelas festas, a Igreja funcionando como um marco central e estruturador, já que, inclusive, a separação entre poder temporal e eclesiástico só se fez no país com o advento da República.

Era uma cidade vazia e modorrenta de elites. Mas era também uma cidade cheia de negros, mestiços, homens livres e pobres, dos desclassificados em geral. Cidades para onde afluíam escravos em fuga, onde se encontravam aqueles que procuravam alternativas de vida menos tuteladas pelos poderes senhoriais e patriarcais. Ou seja, uma população excluída da vida política, da vida social e, em muitos casos, da legalidade colonial.

A cidade moderna, que emerge em fins do século XIX, nasceu marcada pela técnica e pela internacionalização. Ferrovias, imigrantes, portos, movimento de trabalha-

dores livres que usavam do seu novo e nem sempre reconhecido direito de ir e vir, incremento e diversificação das atividades econômicas, europeização dos espaços e modos de vida. A preocupação com o progresso, com a inserção no mundo desenvolvido, fez com que se estabelecessem preocupações novas com o ordenamento, entendido como racionalização do uso do espaço: alinhar, limpar, embelezar, demolir tudo o que fosse “diferente”. As ruas, que passarão a ser entendidas como território da circulação, serão construídas com novas larguras, com calçadas próprias para pedestres, com vitrines e novos espaços de lazer. Ruas para encontros, para passeios, para circulação de mercadorias. Ruas esvaziadas de seus antigos habitantes, preenchidas por transeuntes. A resistência a esses movimentos levou a revoltas urbanas que atacavam as “novidades”, levou a repressões, degredos e mortes (18). Levou a uma segregação física e social que reforçava as tradições coloniais de alijamento da população da política, da negação da escravidão e do negro, da busca de um povo branco. Levou a que capitalistas privados se interessassem pela formulação e implementação de planos urbanísticos que modelariam a cidade para si e seus iguais (19). Fez aparecer empresas ligadas à construção civil, como a Companhia Construtora de Santos, dirigida por Roberto Simonsen. Criada em 1912, era uma “empresa moderna, com escritório técnico com hábeis engenheiros e arquitetos, com grandes instalações de serraria, carpintaria, oficina mecânica, britadores e depósito de material de construção”. Essa firma tinha feito a primeira tentativa de construção de casas populares em Santos, tendo sido o empreendimento abandonado com a alegação de não auferir lucros e ter que enfrentar a concorrência desleal de construções clandestinas dos *chalets* de madeira. Passou, a partir de então, a construir os sofisticados palacetes na região das praias, recentemente incorporadas ao desenvolvimento da cidade. Vale lembrar que esse crescimento foi possibilitado pela construção dos canais de saneamento, elaborados no plano urbanís-

tico de Saturnino de Brito e inaugurados entre 1907 e 1925. A mesma firma construiu o Palácio da Bolsa do Café e o Pantheon dos Andradas, ambos inaugurados como parte das comemorações do Centenário da Independência.

Os problemas que o passado colocara não tinham sido equacionados, portanto a entrada no futuro tão almejado significava a destruição física e da memória do passado e a construção de um passado mítico e heróico (20). É significativo a enorme alteração dos nomes de logradouros públicos que a jovem república empreendeu nas cidades brasileiras (21).

A bibliografia indica que, a partir da segunda metade do século XIX, grande parte das cidades brasileiras apresentava transformações que, se não alteravam substancialmente o universo no qual estavam inseridas, demonstravam a emergência de novos tempos. No país independente, a vida da corte marcada por uma certa “mundanidade”, com a presença de festas e salões, e o aparecimento de sociedades letradas, teatros, cafés e tipografias, denotam essas mudanças. O surgimento desses novos lugares e grupos sociais coincidia com o incipiente aparecimento de noções de liberdade e cidadania (22). O surgimento de casas abastadas, permanentemente ocupadas por seus senhores, e mesmo de bairros estritamente residenciais, não alterou, de imediato, uma das características marcantes desses núcleos urbanos, a superposição de funções de habitação e negócios num único espaço. A cidade de Santos, ativo centro comercial e principal porto do país, já em fins do século XIX, não foge a essa regra. Os trabalhadores do comércio, na sua maioria livres e portugueses, viviam nos estabelecimentos comerciais. As famílias mais abastadas, morando no andar superior, caixeiros e balconistas dormindo em camas no fundo das lojas. As ruas como extensão das casas. Ali eram expostas as mercadorias, se faziam negócios. Reclamando contra o fechamento do comércio nas tardes de domingo, comerciantes santistas afirmavam que as casas ficavam escuras e sombrias, pois a ventila-

ção e a iluminação se faziam pela porta do negócio. A separação da casa como moradia do local de trabalho significou, para as classes abastadas, a procura de lugares aprazíveis e distantes do burburinho do centro. Para as classes trabalhadoras implicou, em geral, o amontoamento em cortiços e habitações insalubres, alvo das práticas reformistas e saneadoras do início do século XX. Nesse processo as avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias foram sendo ocupadas definindo uma dualidade presente hoje na cidade – o centro e a praia. Esse movimento de constituição de bairros elegantes foi o mesmo que levou à ocupação precária dos morros e aos processos de higienização do centro, com a construção de praças e bulevares.

A partir de fins do século passado, assiste-se a um crescimento mais acentuado da população urbana brasileira em relação ao crescimento total. Entre 1872 e 1890, a taxa média foi de 2,5% ao ano. As cidades com mais de 50.000 habitantes cresceram 3,7% e as de mais de 100.000, 3,1%. As grandes cidades concentravam cada vez mais população. A população da cidade de Santos, que em 1854 era de 7.855 habitantes, chega, em 1872, a 9.871, apresentando, a partir daí, apesar das ondas sucessivas de epidemias que dizimavam parcelas enormes da sua população, índices vertiginosos de crescimento. Quarenta anos mais tarde, em 1913, contava com 88.967 habitantes. Cresceu a taxas só comparáveis com as da cidade de São Paulo e superiores às da média das cidades de seu porte (23).

SANTOS, MUDANÇAS NA CIDADE

Foi, sem dúvida, a expansão cafeeira a partir de fins do século XIX que marcou a expansão recente da cidade de Santos. A vitalidade santista estava então intimamente vinculada à ferrovia e ao porto, que permitiram a consolidação e desenvolvimento de suas tradicionais funções portuária e comercial e a emergência de uma cidade reconhecida por todos como moderna.

Do ponto de vista estrito das funções, a cidade de Santos permaneceu como portuária ou, na tipologia proposta por Max Weber, prioritariamente uma cidade comercial (24). Em 1920 temos 19% da população envolvida em atividades comerciais e 21%, em agrícolas. Para a maioria dos municípios paulistas na mesma data as proporções são de 6% a 8% e 60% a 70%, respectivamente. As mesmas ligações, “vocações” e elementos continuavam a definir suas características. Essas características funcionais e econômicas ajudaram a desenvolver, na população local, um forte sentimento de pertencimento ao núcleo urbano que sempre encontrou nos termos “liberdade” e “autonomia” fortes emblemas de identidade.

Santos perdia, em fins do século passado, suas acanhadas feições. Os viajantes e memorialistas eram enfáticos ao registrar as mudanças em curso na cidade. Luzes, barulho, burburinho, transeuntes em “movimento contínuo, desde o romper ao pôr do sol, não era mais do que a vida do café na sua ordem de embarque... Do princípio ao fim da rua, de lado a lado, o movimento era o mesmo: entrava e saía café; o pó não cessava: as carroças andavam em disparada. Os transeuntes apressados esbarravam-se, com dificuldade de atravessarem a rua” (25). Cinemas, cafés, restaurantes, casas reformadas e embelezadas, largas avenidas fazendo a ligação com as praias, que dia a dia ganhavam importância na vida local, bulevares construídos. Destacava-se, nesse processo de transformação, a Rua XV de Novembro, que sediará, a partir de 1922, na esquina com a Rua Frei Gaspar, ponto nevrálgico e de máxima visibilidade, o Palácio da Bolsa do Café.

O grande capital, nacional e estrangeiro, marcava sua presença na cidade, seja na construção da ferrovia, na reforma e ampliação do porto, nos serviços de abastecimento de água. O governo estadual se fazia presente através das ações incisivas das Comissões Sanitária e de Saneamento (26) que, interferindo no espaço urbano, procuravam afastar o pesadelo das epidemias e

reformular a cidade, empreendendo uma verdadeira guerra aos cortiços, definidos como promíscuos tanto as habitações quanto seus moradores. Comerciantes locais, com vínculos pessoais e profissionais com a elite paulistana e fluminense, controlavam principalmente o comércio de exportação do café. Casas comissárias, inúmeras e instáveis, marcavam a geografia urbana da cidade, fazendo de seus membros elementos da prestigiosa elite local. Em 1870 foi criada a Associação Comercial, que tinha grande importância política no município, controlando sobretudo os negócios do café.

A população trabalhadora era composta basicamente por portugueses, espanhóis e negros, que marcavam sua presença na cidade com seus muitos hábitos, costumes e rivalidades. Todos sofreram as ações modernizadoras que transformaram a cidade e seus modos de vida. A intensidade das mudanças que estruturavam a cidade moderna fazia-se sensível pelas demolições, pela alteração nas maneiras de morar, pela guerra aos cortiços, pela destruição das antigas maneiras de estar na cidade, pela instauração de novas formas de lazer, que condenavam à clandestinidade os batuques de negros, os jogos de búzios, as laranjinhas e jogos de entrudo, pelo combate à sociabilidade das ruas e portas de casas e cortiços e por uma nova organização das relações de trabalho. A violência dessas transformações incidia em especial sobre as classes trabalhadoras, colocando no território do clandestino ou do indesejável muitas de suas organizações cotidianas e profissionais.

Nesse sentido entendemos que a cidade moderna se faz no Brasil no quadro da crise da escravidão e terá que lidar com esta questão na sua estruturação e nas possibilidades e limites de importação de modelos e práticas urbanas.

Em 1919, Guilherme Álvaro era taxativo em anunciar os novos tempos que chegavam depois de tantas batalhas contra as epidemias e os “entraves coloniais”. A riqueza do café materializava-se numa cidade que se anunciava moderna.

“Toda gente concordava que Santos estava se transformando, crescendo continuamente sua população, intensificando-se patentemente a vida urbana, surgindo usos e costumes novos, resultantes naturais do desaparecimento das epidemias desde 1901. Confiava-se no futuro da cidade, onde casas e terrenos valorizavam-se continuamente, diminuindo cada mês o número de ‘diários’ que viajavam para São Paulo, ouvindo por toda a parte afirmações de residência definitiva na cidade. A própria vida doméstica santista se transformava, generalizando-se o conforto, popularizando-se a instalação de banheiras, tomando os interiores aspecto de mais gosto, substituindo-se os mobiliários de carregação, fabricados para transporte fácil, por outros mais cuidadosos e custosos.”

Multiplicavam-se os jardins floridos em volta das residências. A eletricidade, a partir de 1909, começava a substituir o gás e ia desaparecendo o uso da tração animal nos transportes urbanos. O surto de progresso podia ser também identificado no porto, que tinha movimento *record*, nas rendas municipais que cresciam, nas obras de saneamento terminadas, nos transportes públicos que levavam milhões de passageiros. “Era um Santos inesperado que surgia, transbordante de viço” (27).

Nesse quadro de mudanças os marcos religiosos que tinham por séculos definido os limites físicos e estabelecido as sociabilidades na cidade portuária iam desaparecendo e sendo substituídos por outros elementos urbanos.

Santos teve sua ocupação definida pelo Outeiro de Santa Catarina e pelo convento dos franciscanos – o Valongo, instalado na cidade desde 1640. Como em todas as cidades brasileiras, sinos badalavam e marcavam os ritmos e horários. Os viajantes recorrentemente mostram a ida às atividades religiosas como momento de vivescência e despertar urbano. Os adros das igrejas eram locais privilegiados de sociabilidade. A construção de cidades modernas vai incidir sobre esses marcos religiosos. Em Santos as terras do convento no bairro do

Valongo serão parcialmente utilizadas para a construção da ferrovia.

Este rearranjar da presença das igrejas no espaço urbano, caracterizando um dos elementos da demolição do mundo colonial, coincidiu com a emergência de novos símbolos e novas formas de vida urbana. No lugar da antiga matriz foi construído o prédio da Alfândega. Praças foram construídas como símbolos dessa nova urbanidade e a primeira estátua, homenageando Brás Cubas, é colocada em praça pública em 1907. Nesse mesmo ano inaugura-se o primeiro dos canais projetados por Saturnino de Brito, margeado por largas e arborizadas avenidas, procurando para além da questão técnica instaurar um novo senso estético e modo de fruição da urbanidade. Cemitérios, hospitais, escolas, guerra aos cortiços, reforma de moradias na área central, significando intenso movimento de despejo e alteração do perfil social dos moradores, são elementos que marcam essa transição.

Em fins do século XIX assistimos à emergência da questão social. Se a pobreza era um dado permanente, se a introdução do país no mundo capitalista era um fato, se as classes populares viviam de forma não condizente com a civilidade desejável, se eram pobres e, pior ainda, negros promíscuos e vagabundos, então o país não tinha um povo que sustentasse o seu (das elites) projeto nacional. A habitação emerge como chave de enfrentamento da questão social nesse recorte. Tratava-se de impor um padrão desejável de moradia unifamiliar, privatizado. Exigia-se trabalho fixo, endereço fixo. Essas transformações se fizeram impostas numa sociedade autoritária e com longa tradição de desqualificação do trabalhador. Expulsar, demolir, impor foram estratégias utilizadas, afirmavam as elites, porque responderiam à urgência dos temas a serem enfrentados. O não reconhecimento das formas populares de apropriação e uso do espaço foi recorrente. Em muitos inquéritos policiais pesquisados para a cidade de Santos quando da inquirição sobre endereço, o escrivão funcionava como um tradutor. Membros das classes populares

entendiam que suas casas eram aquilo que as autoridades denominavam cubículos. Entendiam o endereço como algo definido por toda uma rede de sociabilidades e referências de uso que dispensavam as abstrações de números.

SANTOS: NOVOS TEMPOS E UM EXEMPLO, O PALÁCIO DA BOLSA DO CAFÉ (28)

A Bolsa de Café em Santos nasceu dentro desse quadro de intensas transformações que a atividade cafeeira propiciava e que a busca da modernidade dava forma e conteúdo. A construção do Palácio para sediar suas operações foi ainda mais emblemática e simbólica desse quadro.

A Bolsa do Café foi criada em 14 de julho de 1914, mas começou a funcionar efetivamente em 2 de maio de 1917. Pela lei de criação havia uma taxa de vinte réis por saca de café comercializada nas operações a termo. Os recursos daí provenientes destinavam-se ao pagamento de despesas de funcionamento e à construção de um edifício próprio. O fim da guerra em 1918, as boas safras de 1916 e 1919 e a suspeição em que foram colocados os negócios do café entre 1912 e 1914 estimularam e ampliaram o funcionamento dessa instituição.

Procurava-se organizar os negócios do café, principalmente os negócios futuros, minimizando o peso dos banqueiros e grandes negociantes internacionais que de Londres ou Paris manipulavam empréstimos e determinavam o preço do café. Estabeleceram-se novos controles sobre a comercialização do café procurando garantir a integridade dos negócios realizados na praça de Santos.

Incorporar os impactos da crescente internacionalização do país e, ao mesmo tempo, acentuar as características da nação são movimentos presentes tanto no mundo dos negócios quanto na construção de cidades e modos de vida que marcam o que

podemos chamar de *belle époque* no Brasil. “E ser parte deste universo significava adotar seus símbolos culturais, o que, no caso da arquitetura, implica esposar o modelo eclético [...]” (29). O Palácio da Bolsa, que tem sua construção iniciada no ano de 1920 e concluída em 1922, pela firma de Roberto Simonsen, expressa, na sua história e na sua arquitetura, essa procura.

A XV de Novembro era, no centro da antiga cidade, a rua que expressava com maior vigor as transformações em curso. Hoje as largas avenidas que ligam a cidade antiga ao mar e a incorporação das praias obscurecem a importância que aquele lugar tinha na cidade transformada. Ainda que acanhada e estreita se comparada à magnífica Avenida Central do Rio de Janeiro ou aos bulevares haussimanianos de Paris era na Rua XV de Novembro que se adensavam as manifestações da modernidade em construção. Era o coração da área da cidade, que, se estendendo da estação ferroviária da Santos-Jundiaí até a atual Praça da República com o prédio da Alfândega, sediava os altos negócios do café. Nela encontramos a sede da importante e poderosa Associação Comercial, escritórios de firmas importadoras e exportadoras de café, bancos, restaurantes e cafés. Também ali realizavam-se os festejos cívicos e populares marcados pela nova civilidade. No carnaval de 1901, comentando os novos e salutar hábitos que se iam consolidando na população local e o abandono das formas primitivas de comemoração das folias de Momo, associadas ao entrudo e jogos de negros, um cronista local descreve a festa: “A chuva torrencial prejudicou a animação da Rua XV. Apesar disso a rua esteve apinhada de gente e houve batalha de confete. Grupos fantasiados saudavam os jornais e as autoridades; havia fantasias de esmerado bom gosto e entre elas três meninas, que passeavam em carro descoberto acompanhadas de dois conhecidos cavalheiros. Os mascates subiam e desciam a rua na mais perfeita ordem” (30). Aí também, “quando as sombras da noite envolviam a cidade”, espantadas pela nova intensidade da iluminação pública, os moços se

reuniam para os seus divertimentos dentre os quais se incluía uma sessão de cinema no Cine Moderno, propriedade do italiano sr. Pinfildi, ou uma ida ao teatro recentemente inaugurado na Praça José Bonifácio.

Nesse lugar privilegiado da cidade foi construído em cimento armado, granito róseo e mármore, sobre os escombros de antigas edificações coloniais, demolidas como marca da modernidade a ser instaurada, o suntuoso Palácio da Bolsa do Café.

O PALÁCIO DA BOLSA DO CAFÉ, PROPAGANDA EDIFICADA

Em 27 de abril de 1920 aconteceu a solenidade de lançamento da pedra fundamental do Palácio da Bolsa. O sr. Gabriel Orlando Teixeira Junqueira, em seu discurso, realizado na presença das mais altas autoridades do Estado, dentre as quais seu presidente, fala em nome do comércio de Santos e explica a escolha do lugar onde se erguerá o majestoso Palácio, verdadeira obra de arte “que atestará àqueles que aportarem ou simplesmente avistarem este porto não só a riqueza do estado de São Paulo, mas também a fecundidade e gênio empreendedor do paulista. Desde a entrada da barra até o porto se divisará a imponente torre do belo edifício que, dominando toda a cidade e sua baía, saudará seu visitante e afirmará aos irmãos de além mar que a terra que produziu a riqueza que todos vêem está aberta ao seu laborioso concurso e operosidade” (31).

O Palácio teve um caráter de propaganda edificada. Pretendia difundir a riqueza do café atraindo para São Paulo capitais e trabalhadores. Fica patente nas suas intenções o projeto de cidade e de nação que a elite cafeeira formulara 80 anos antes da edificação desse monumento: a construção de uma nação e seu povo com suporte no capital internacional e nos trabalhadores brancos europeus, que aqui viriam, com suas noções de progresso e civilidade, formar o povo brasileiro, amortecendo os efei-

tos de 400 anos de escravidão. A proposta elaborada por essa elite compreendia um campo produtor onde residiria a maioria dos trabalhadores, inclusive imigrantes. Contraposta e vinculada a esse universo rural, a cidade aparecia formulada utopicamente como lugar de comércio e consumo, europeizada, lugar privilegiado das elites e de uma população trabalhadora necessária mas colocada sob severos controles e restrições.

Não por acaso as esculturas que adornavam a fachada do edifício simbolizavam a agricultura e o comércio. A cidade aparecia no prédio do Palácio apenas através dos painéis internos executados por Benedito Calixto.

O prédio monumental fechava, como os monumentos parisienses, a perspectiva, ainda que acanhada, daquele importante bulevar santista. Apesar das – cada vez mais rígidas – posturas municipais sobre edificações, definindo alturas e alinhamentos, nada resistiu ao apelo do governador do estado para que um andar a mais pudesse ser construído em tão emblemático edifício.

Cimento e aço foram utilizados em sua estrutura ricamente revestida de evocações históricas. Um moderno elevador foi instalado (32). Um enorme relógio, simbolizando esta nova e universal medida de tempo, estátuas e uma cúpula renascentista compunham sua fachada.

Mármore compunham um mosaico no piso interno. O restaurante, no último andar, foi decorado no mais moderno estilo, como também era moderno o hábito de comer fora. Para os lugares de negócio o estilo e o mobiliário eram os da tradição. Três painéis de Benedito Calixto compunham o salão central: *Santos em Três Tempos; a Fundação, a Independência e o Centenário*. A escolha das datas e o que neles está retratado revelam, mais uma vez, o projeto nacional e de modernidade dessa elite vinculada ao café. O discurso pronunciado pelo mesmo sr. Junqueira na inauguração do prédio em 1922 analisa cada um desses painéis. Em tom ufanista fala do grande Brás Cubas, da pequena e modesta

cidade de 1822 e da Santos atual, com todos os requintes de uma cidade moderna: porto modelar atulhado de navios de todas as nações do mundo, comércio, ruas cheias, ferrovias, edifícios públicos e escolas, belas avenidas, elegantes vivendas, hotéis, cassinos, clubes familiares, praias, jardins e ruas asfaltadas. “Ei-la com este suntuoso Palácio que hoje solenemente se inaugura como outrora Bráz Cubas inaugurara a modesta Vila de Santos” (33). Crescimento, internacionalização, modernidade e, amalgamando tudo isso, a busca da identidade nacional conferiam unidade ao edifício e seus adornos. O ecletismo como pastiche compositivo (34) ou cultura-mosaico revela bem as características do historicismo do século XIX, a perplexidade diante de um mundo em intensa transformação, onde a busca e aceitação do novo se faz pelo já conhecido, integrando passado e presente (35).

O projeto premiado do prédio articulase com um conjunto de outros de monumentos edificadas para a comemoração do Centenário da Independência em 1922. Não seria por outro motivo que o prédio foi inaugurado em 7 de setembro de 1922. As comemorações do Centenário da Independência agitaram o país. “A década de 20 presenciou dois grandes eventos de caráter nacional. O primeiro deles, a famosa Semana de Arte Moderna de 1922, o outro, a Comemoração do Centenário da Independência. Ambos continham forte teor nacionalista: a pretensão da Semana era levar ao conhecimento do público internacional o espírito da arte de raízes nacionais, alterando o padrão cultural do país a partir de um movimento de vanguarda próprio de São Paulo. A Comemoração do Centenário, de âmbito nacional, pretendia apresentar ao mundo o resultado do nosso esforço em cem anos de trabalho independente” (36). Projetos como os do Museu Paulista, do Ipiranga, do Caminho do Mar, do Palácio da Bolsa, do Pantheon dos Andradas escolhiam os símbolos de valorização da história do país procurando traçar as linhas e caminhos de introdução do novo e requalificação do nacional.

A cidade de Santos e seus monumentos ainda evocavam, nos anos de 1920, uma dependência do campo visto como o lugar de produção da riqueza. A atração de capitais e trabalhadores ainda era central na definição das políticas essencialmente vinculadas à produção cafeeira. A procura de uma europeização de costumes e do próprio povo, via branqueamento, ainda pontuava os ideais de civilidade, modernidade e progresso desses comerciantes e políticos. Por tudo isso o Palácio simbolizava o apogeu de uma época que entrava nos seus estertores. Por isso a escolha do lugar, do estilo, dos materiais e da decoração. A grande crise de 1929 marcou o fim do esplendor da Bolsa.

Palácio da Bolsa do Café

Foto: Caleb Faria Alves



- 1 Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, 1979; e "Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial, Séculos XVI-XVIII", in *Cadernos Cebrap*, 17, São Paulo, 1974.
- 2 Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, 1984, pp. 41-58; Nestor Goulart Reis Filho, em *Evolução Urbana do Brasil, 1500-1720* (São Paulo, 1968), ao polemizar com Sérgio Buarque sobre a intenção planejadora ou não da metrópole portuguesa, concorda com esse caráter não decisivo da urbanização na montagem do império colonial português na América.
- 3 O estudo clássico é o de Sérgio Buarque de Holanda (op. cit.), que contrapõe o Semeador ao Ladrilhador e vê na necessidade de construção de uma ordem urbana, como foi o caso das colônias espanholas, um contraponto às dificuldades de efetiva unidade política. O trabalho de Nestor Goulart Reis Filho (op. cit.) discorda desta visão procurando demonstrar a existência de planos urbanos, expressos na legislação portuguesa desde 1549. Roberta Marx Delson, em *New Towns for Colonial Brazil* (Department of Geography Syracuse University by University Microfilms International, 1979), faz uma discussão bibliográfica apontando três vertentes básicas de pensamento sobre as cidades coloniais brasileiras. Uma primeira, que afirma o não planejamento vendo as cidades como recriação da tradição medieval portuguesa. Sérgio Buarque seria o exemplo maior. Uma segunda, que afirma a ausência de um plano geral mas destaca a característica das cidades como de centros administrativos. O trabalho mais significativo seria o de Morse. Por fim, uma terceira vertente, que afirma que a idéia do não planejamento é blefe. Além do referido trabalho de Reis Filho teria o de Luis Silveira. Ainda segundo Delson os trabalhos sobre cidades coloniais, ao discutir o tema, procurariam ou construir uma tipologia ou enfatizar a pequena importância das cidades ou fazer histórias locais e individuais das cidades.
- 4 José Augusto França, em *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (Lisboa, 1965), estuda a reconstrução de Lisboa após o terremoto e incêndio de 1755. O autor mostra a presença de um espírito funcional e a influência da disciplina militar, a organização e racionalização da produção como palavras de ordem impostas pela conjuntura. Enfatiza que a cidade reconstruída seria, para Pombal, o anúncio ou previsão de um espírito novo (pp. 103, 128 e 155). Não se deve desconsiderar a influência que essas práticas metropolitanas tiveram na postura em relação às cidades da colônia.
- 5 Roberta M. Delson, op. cit., p. 117.
- 6 Araldo de Azevedo, op. cit., p. 72. O autor relaciona o crescimento da urbanização com o aumento da riqueza e destaca algumas das características das cidades coloniais: a relação com o mar, a função político-administrativa, comercial e religiosa das povoações. Afirma que de todas elas a mais importante era a religiosa pois funcionava como fator de coesão para estes aglomerados nascentes (pp. 76-7).
- 7 Robert Smith, *Urbanismo Colonial no Brasil*, São Paulo, Apostila FAU, 1954, pp.18 e 22.
- 8 Murilo Marx, *Nosso Chão do Sagrado ao Profano*, São Paulo, 1989, p. 112.
- 9 Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, São Paulo, 1972. O autor afirma que até meados do século XVII a soberania era da Coroa portuguesa mas o poder de fato seria dos grandes proprietários rurais. Essa situação se alteraria com a consolidação do poder metropolitano e o surgimento de grupos burgueses mercantis ligados ao reino que passariam a se infiltrar e reivindicar poder associado à perda de autonomia das câmaras municipais (pp. 29-39). Sérgio Buarque, op. cit., afirma que sobretudo no período colonial, mas com heranças que se estendem até o século XX, "os centros urbanos brasileiros nunca deixaram de se ressentir fortemente da *ditadura* dos domínios rurais. É importante assinalar-se tal fato porque ajuda a discriminar o caráter próprio das nossas cidades coloniais" (pp. 57-8).
- 10 Emília Viotti da Costa, "Urbanização no Brasil do Século XIX", in *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, São Paulo, 1977.
- 11 Ilmar R. Mattos, *O Tempo Saquarema*, São Paulo, 1987, p. 29.
- 12 Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*, Rio de Janeiro, 1966 – como paralelo de: *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, 1966. Sérgio Buarque, op. cit., "A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral, inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida" (p. 53).
- 13 Leila Algranti, *O Feitor Ausente*, Petrópolis, 1988, pp. 46-58.
- 14 Para a questão da escravidão urbana, especialmente no Rio de Janeiro ver: Leila Algranti, op. cit.; Marilene R. N. Silva, *Negro na Rua. A Nova Face da Escravidão*, São Paulo, 1988; Mary Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro 1808 – 1850*; Sandra L. Graham, *Proteção e Obediência: Criadas e seus Patrões, no Rio de Janeiro 1860-1910*, São Paulo, 1992. Para São Paulo, ver: Maria Cristina Wissenbach, *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros no Município de São Paulo, 1850-1880*; e Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, São Paulo, 1984.
- 15 Em Santos era famoso o quilombo de Pai Felipe, situado nas encostas do morro do Jabaquara, onde ocorriam danças e batuques. Este líder e seus seguidores não se submeteram, ou estabeleceram relações com a sociedade branca e por isso foram duramente perseguidos. Décadas após o final da escravidão e da repressão sofrida pelos ex-quilombolas e quando o samba já tinha sido incorporado como "manifestação artística-cultural" pela sociedade, Pai Felipe foi alçado à categoria de "pai do samba santista".
- 16 Emanuel Araújo, ao concluir o primeiro capítulo de *O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial* (Rio de Janeiro, 1993), baseado em viajantes e documentação oficial, sintetiza as impressões dessas fontes: "Assim emergem para nós, de documentos e escritores, as cidades coloniais. Muitas vezes mal localizadas e raramente habitadas, quase sempre de ruas estreitas e imundas, abrigavam uma população em sua maioria de gente que ocupava construções acanhadas e miseráveis. As residências nobres e os prédios oficiais davam a dimensão do contraste, por opulentas e sólidas, com as casas dos moradores pobres, a maioria das quais não conseguiu sobreviver ao tempo" (p. 82).
- 17 P. Ariès, *História da Vida Privada*, v. 3, São Paulo, 1991.
- 18 Santos foi palco de uma dessas revoltas urbanas. Em dezembro de 1884, protestando contra a cobrança de contas de água, a população promove quebra-quebras e destrói muitos dos símbolos das mudanças em curso. Ver Ana Lúcia Duarte Lanna, *Santos, uma Cidade na Transição, 1870-1913*, São Paulo, 1996.

- 19 Foi esse o caso do Plano de Melhoramentos de São Paulo denominado "Grandes Avenidas", datado de 1910 e elaborado por Samuel das Neves sob responsabilidade da iniciativa privada, que afirmava ter os recursos necessários para efetuar o plano desde que, é claro, o Estado desse algumas e não poucas garantias. Tratava-se da entrada em cena de fazendeiros e industriais como especuladores urbanos e mentores de projetos de uma "cidade ideal". Maria Ruth Amaral de Sampaio, *Alguns Dados sobre a Participação do Engenheiro Samuel das Neves no Plano de Melhoramentos de São Paulo*, São Paulo, 1996, texto mimeografado.
- 20 Ana Claudia C. Barone e Joana M. de Carvalho e Silva, estudando a cidade de São Paulo nos anos 1920, mostram como ela se construiu para um olhar estrangeiro: "A cidade designada por imagens da elite assim se configurava: era moderna ao preço de não ter registros de sua memória. Com uma identidade forjada a metrópole moderna buscava uma dimensão internacional. A cidade era feita, no entanto, para olhares de fora e não para experiências cotidianas de seus habitantes. De quem a habitava apenas uma parte restrita da população era convidada a desfrutar a sua modernidade" [*São Paulo Metrópole Moderna: a Cidade na Década de 20 Segundo o Correio Paulistano*. Relatório de pesquisa, texto xerografado, São Paulo, 1996, p. 29]. Em artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 7 de março de 1999, Pepe Escobar comenta a existência de procedimentos semelhantes a este na reconstrução contemporânea de Berlim.
- 21 Para citarmos apenas dois exemplos ocorridos em Santos, mudou-se o nome de Largo do Rosário para Praça Rui Barbosa e de Rua Direita para XV de Novembro.
- 22 Maria Emilia P. Marchiori, *Os Impasses da Cidadania na Transição da Monarquia para a República no Brasil (1870-1902)*, tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH/USP, 1992.
- 23 Santos era juntamente com São Paulo um dos raros municípios com predomínio de população urbana e vinculada a atividades comerciais. Seu processo de crescimento foi associado e semelhante ao da capital. Apesar disso, Santos não conseguiu um crescimento e diversificação tal como o encontrado em São Paulo com a transformação de iniciativas locais em empresas de maior porte. Talvez este seja um dos elementos explicativos do aspecto determinante que São Paulo teria em relação à Baixada e a sua constituição em metrópole nacional. A Prefeitura Municipal de Santos realizou um recenseamento da cidade e município de Santos em 31 de dezembro de 1913. Santos cresceu 223% e São Paulo 403% no período de 1886 a 1900. Não se pode esquecer que nesse período Santos foi palco de inúmeras epidemias. Para se ter uma idéia, em 1900 sua população era de 50.389 e, entre 1891 e 1895, morreram, só de febre amarela, 5.740 pessoas. Guilherme Álvaro, em *A Campanha Sanitária em Santos* (São Paulo, 1919, p. 78), afirma que em 1900 a taxa de mortalidade era decrescente e oscilava em torno de 30%.
- 24 Max Weber, "Conceito e Categoria de Cidade", in Otávio G. Velho (org.), *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, 1977.
- 25 Carlos Vitorino, *Santos, Reminiscências (1875-1898)*, São Paulo, 1904, pp. 13-4.
- 26 A Comissão Sanitária, ligada à Secretaria dos Negócios do Interior, era responsável por vistoriar habitações, promover desinfecções, fiscalizar a limpeza de terrenos e quintais. A Comissão de Saneamento, ligada à Secretaria da Agricultura, seria responsável pelas obras de canalização de água e construção de redes de esgotos. Foi através dela que o engenheiro Saturnino de Brito implementou seu pioneiro e precursor plano urbanístico para a cidade, construindo os canais que, inaugurados nas duas primeiras décadas do século XX, marcam ainda hoje a topografia urbana.
- 27 Guilherme Álvaro, *A Campanha Sanitária em Santos*, op. cit., pp. 138-42.
- 28 Este prédio foi recentemente restaurado em trabalho coordenado pela equipe do arquiteto Samuel Kruskin.
- 29 Annateresa Fabris, "O Eclétismo à Luz do Modernismo", in Annateresa Fabris (org.), *O Eclétismo na Arquitetura Brasileira*, São Paulo, 1990, p. 291.
- 30 *Diário de Santos*, Santos, 19 de fevereiro de 1901.
- 31 "Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Gabriel Orlando Teixeira Junqueira, por ocasião do lançamento da pedra fundamental do Palácio da Bolsa realizado em 27 de abril de 1920", in *Bolsa Oficial de Café, Relatório Referente ao Período de 2 de Maio de 1917 a 30 de Junho de 1923*, p. 16.
- 32 O elevador foi pela primeira vez utilizado na cidade de São Paulo em 1918 no Hospital Santa Catarina.
- 33 Discurso pronunciado na sessão inaugural do Palácio da Bolsa Oficial de Café, in op. cit., p. 21.
- 34 Nessa manifestação o eclétismo "inventava" soluções estilísticas historicamente inadmissíveis e, às vezes, beirando o mau gosto (mas que, muitas vezes, escondiam soluções estruturais interessantes e avançadas). Luciano Paletta, "Considerações sobre o Eclétismo na Europa", in Annateresa Fabris, op. cit., p. 14.
- 35 Maria Cristina Wolff e Sílvia F. S. Wolff, "Arquitetura e Fotografia no Século XIX", in Annateresa Fabris (org.), *Fotografia: Usos e Fachadas no Século XIX*, São Paulo, 1991, p. 134.
- 36 Ana Cláudia C. Barone e Joana M. C. Silva, *São Paulo, Metrópole Moderna*, op. cit., p. 11.